

Autor: Garvão

Despenalização da eutanásia em Portugal



No final de fevereiro, pouco antes destes tempos sombrios devido ao inimigo invisível que nos ameaça, matando diariamente várias dezenas de pessoas em Portugal, sobretudo mais idosas, a Assembleia da República portuguesa acabara de discutir os diplomas referentes à questão da eutanásia.

Segundo um estudo recente, num inquérito em que 1500 respostas foram validadas, 43% dos inquiridos era a favor da eutanásia (sendo mais favoráveis os mais jovens e com maior grau de literacia) e 28% era contra (inquiridos que se identificavam mais com a direita).

Os representantes dos partidos no Parlamento debateram acaloradamente este tema sempre fraturante, que deve abarcar apenas pessoas maiores de idade, conscientes e lúcidas, sofrendo de doença incurável, irreversível e fatal, causadora de um sofrimento atroz. Trata-se sobretudo de um ato de escolha, quando se está ciente do que é suportar um sofrimento intratável, pela morte assistida.

No entanto, de acordo com a opinião de alguns deputados de diversos partidos, a regulamentação da eutanásia não deve significar um menor investimento do Estado na rede insuficiente de cuidados paliativos. A presidente da comissão de Saúde, Antónia Almeida Santos, defendeu que ninguém contesta que “proteger a vida é um direito do Estado”, e que “não se trata de instrumentalizar a vida”, disse.

Bebiana Cunha, deputada do PAN, disse que o que está em causa é um “acto de extrema e necessária bondade”, lembrando que “a vida é muito mais do que a vida física e fisiológica”, remetendo para as

restantes esferas de vida humana: “a vida psicológica, a vida emocional, a vida social” e “um sentido de vida”, vincando ainda que “o projeto aqui apresentado não está contra o exercício profissional de quem tem por missão salvar vidas”. Pedro Filipe Soares (BE) lembrou o galego Ramon Sanpedro que ficou tetraplégico em 1968 e que lutou durante três décadas para pôr fim à sua vida.

E as opiniões divergiam consoante os deputados dos vários quadrantes políticos:

Telmo Correia, líder parlamentar do CDS: “Neste país é particularmente chocante instituir a eutanásia. Mais vale ser um arauto da cautela e do medo do que um arauto da morte.”

António Filipe, deputado do PCP: “A morte é uma inevitabilidade, não é um direito fundamental. Se fosse um direito não seria lícito fazer depender a antecipação da morte da decisão de terceiros como sucede em todas as iniciativas em debate.”

Sofia Matos, deputada do PSD: “Não posso deixar de reclamar para estas pessoas aquilo que reclamo para mim: poder escolher”.

Pedro Delgado Alves, do PS: “O juízo não é meu, não é seu, não é de cada deputado da Assembleia da República; é de cada pessoa.”

Os cinco projectos de lei que despenalizam a eutanásia (do BE, PAN, PS, PEV e Iniciativa Liberal) foram aprovados na generalidade. No entanto, não é o fim do processo legislativo. Depois desta aprovação, os projetos de lei seguem para o debate na especialidade, onde os diferentes projetos aprovados serão ajustados entre si até chegarem a um texto comum, o qual deverá depois ser novamente submetido a uma votação na especialidade e só depois a uma votação final global. Caso seja aprovada, a lei segue para Palácio de Belém, onde o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, poderá vetar, promulgar ou enviar para o Tribunal Constitucional.

Eduardo Ferro Rodrigues, Presidente da Assembleia da República, afirmou, em jeito de conclusão: “Correu bastante bem. É um debate difícil e muito apaixonado, nalguns casos, mas penso que o parlamento esteve à altura”.

A autora deste artigo não quer deixar de justificar a ausência de artigos seus desde o final de 2019, devido a problemas graves de saúde com consequências físicas equivalentes. Problemas que provocaram um sofrimento indizível, não só físico, como emocional e psicológico. Só em ocasiões tão ou mais graves do que esta se pode avaliar o cabimento de uma questão tão importante quanto a da eutanásia, pois trata-se, na maior parte dos casos, sobretudo de um ato de liberdade.

E nesta época de pesadelo que vivemos, assemelhando-se a um filme de terror de ficção científica em que ninguém quer fazer papel de vítima, o Professor de Física da Universidade de Coimbra, Carlos Fiolhais, afirmou numa entrevista dada recentemente: “estamos numa situação inédita, a de não termos serviços religiosos e tudo passar pelos meios de comunicação à distância que a ciência inventou. É muito complexo não haver funerais, uma realidade culturalmente muito entranhada entre nós, neste momento está limitada a serviços mínimos”. No entanto, deixa uma certeza: *“Apesar de todos os ataques de vírus e bactérias, a humanidade está mais forte que nunca.”*

Bibliografia:

Maria Lopes, Sofia Rodrigues, Liliana Borges e Nuno Ferreira Santos, PÚBLICO, 20/02/2020.

Imagem (Websi) gratuita em Pixabay

Maria Helena Garvão,
Lisboa, 15 de abril de 2020.

Data de Publicação: 15-04-2020